

Cidade

cidade@jb.com.br

Presos vão voltar ao paraíso

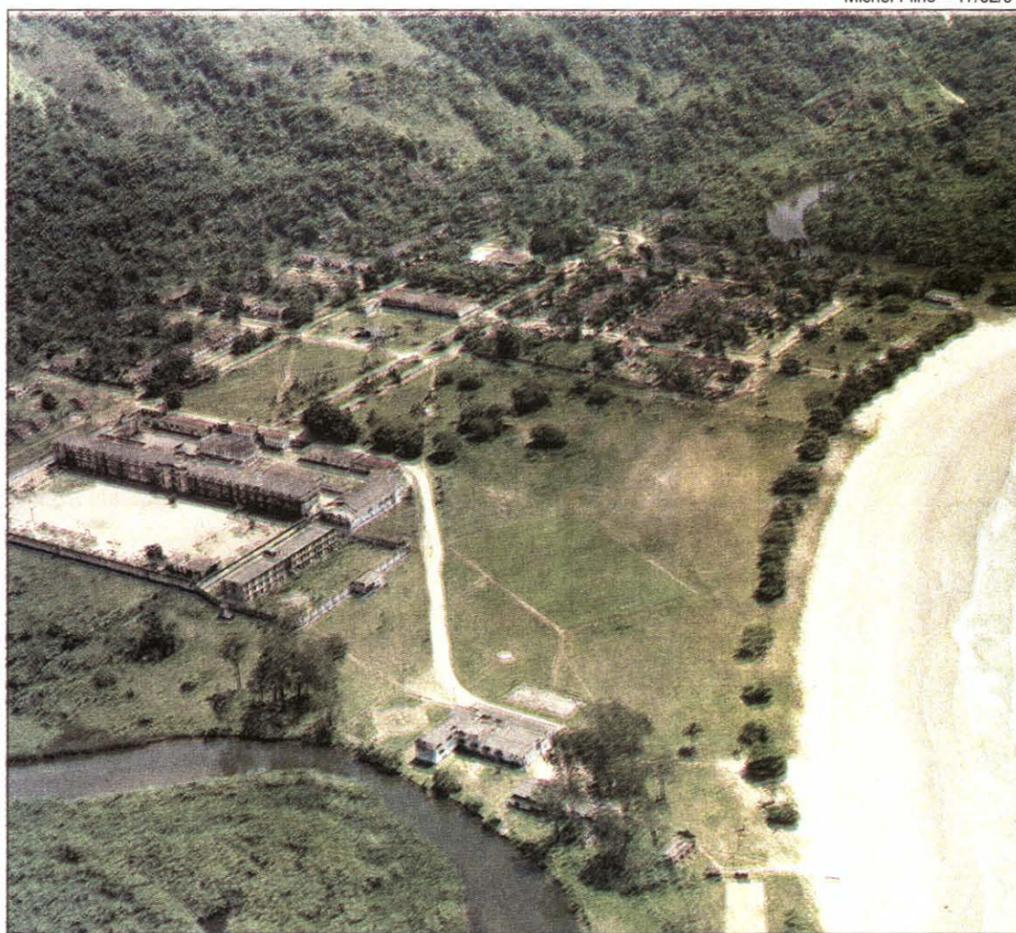
■ Novo presídio será construído na Ilha Grande

PAULA N. AIRAN

Seis anos depois da implosão do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, em Angra dos Reis, o secretário estadual de Justiça, Antônio Olíboni, anuncia hoje a construção de um novo presídio no paraíso ecológico do litoral Sul Fluminense. Na nova cadeia federal no Rio ficarão 500 condenados, especialmente os envolvidos no crime organizado.

A execução do projeto de construção do novo presídio será financiado com R\$ 3,5 milhões do governo federal. Também há planos para construção, em médio prazo, de mais três unidades de reclusão no local. Na praia de Dois Rios, a mesma onde existiu, até 28 de março de 1994, o Instituto Penal Cândido Mendes. A experiência ali vivida, levou o escritor Graciliano Ramos a escrever *Memórias do Cárcere*. A futura cadeia vai substituir as celas da Superintendência da Polícia Federal no Rio, na Praça Mauá, desativadas ano passado. Atualmente, presos pela PF são levados para a Polinter, unidade da Polícia Civil no Cais do Porto, e Ponto Zero, em Benfica.

A cadeia construída em 1940 foi implodida com 200 quilos de dinamite por ordem do ex-governador pedetista Leonel Brizola, que, naquele ano, enfrentou crise na Segurança Pública – com a divulgação de nomes de autoridades que constavam da lista de propinas do jogo do bicho. Os 400 detentos que cumpriam pena na Ilha Grande foram



Michel Filho – 17/02/94

Um novo presídio será construído no local onde funcionava o Instituto Penal Cândido Mendes

distribuídos pelas unidades de segurança máxima em Bangu e pelo complexo Frei Caneca. Brizola determinou a destruição do presídio a despeito das discussões sobre a importância histórica do conjunto arquitetônico.

Tombamento – Não se concretizou na Justiça o tombamento da cadeia pedido por Angra dos Reis, assim como não se realizou o sonho

de empresários do ramo de turismo, que planejavam erguer ali um complexo hoteleiro. Desde 1997, funciona na praia de Dois Rios, na vila junto às ruínas do antigo presídio, um centro de Estudos Ambientais mantido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nas 54 casas da vila, vivem até hoje funcionários do presídio.

Os fundadores do Comando

Vermelho protagonizaram na Ilha Grande a fuga mais espetacular da história do presídio. A operação de resgate de Luiz Carlos Encina, o *Escadinha*, foi realizada em 1985 por José Carlos Gregório, o *Gordo*, que, obrigou um piloto de helicóptero a sobrevoar o presídio. *Escadinha* se agarrou a uma corda jogada do helicóptero e fugiu pendurado nela.

Memórias do cárcere

LUCIANA CABRAL

O deputado federal Fernando Gabeira (PV/RJ) vai procurar hoje o ministro da Justiça, José Carlos Dias, para discutir o impacto que a reabertura do presídio na Ilha Grande provocará no turismo local e como afetará a política de direitos humanos em penitenciárias. “Isso parece idéia da extrema direita que pensa em isolar os criminosos. Fico até admirado do ministro ter concordado com isso”, disse o deputado, que foi preso político na ilha durante a ditadura militar. Gabeira também entrará em contato com a prefeitura de Angra dos Reis para iniciar uma mobilização popular contra o projeto.

“O isolamento propicia maior violência, é mais fácil submeter as pessoas a torturas”, conta Gabeira, que quando voltou do exílio organizou uma comissão de direitos humanos que denunciou diversas irregularidades no local. Ele lembra que a distância dificulta as visitas, afastando as famílias dos detentos. “No mundo inteiro os presídios em ilhas estão sendo fechados, só em

lugares atrasados ou com ditaduras eles são apoiados”, afirma.

O jornalista Nelson Rodrigues Filho, que também esteve preso na ilha, lembra de situações inusitadas e dolorosas, como as surras e o mau humor do diretor, que espancava principalmente os presos comuns, que não tinham como denunciar as agressões. Em 1976, Nelson participou de uma greve de fome pedindo o afastamento da direção e a transferência para o continente. “Os guardas achavam maluque porque o cara era uma fera. Aí, fritavam ovos na porta da cela para a gente desistir da greve”, lembra.

O doutor *Balança* é outra forte recordação de Nelson. “Ele era o único médico. O tratamento se resumia a pesar os presos”, conta, afirmando que a distância dificultava a reintegração do preso na sociedade. O dramaturgo Nelson Rodrigues, por exemplo, nunca visitou o filho na Ilha. “Nas outras prisões em que estive, ele ia sempre. Mas lá, por motivos médicos, não foi possível. Sofremos muito”, lamenta.

Berço do CV

As origens do Comando Vermelho (CV) – que dominou a criminalidade no Rio na década de 80 – se escondem na história do presídio da Ilha Grande, como conta o ouvidor de polícia de Minas Gerais, José Gonçalves Rezende, que está terminando um livro sobre suas memórias. Em um trecho de *Ousar Lutar*, o advogado, um dos detentos do presídio entre 1975 e 1976, conta que os presos comuns começaram a imitar a organização dos presos políticos. “Eles adaptaram nossa filosofia de interesses coletivos ao modo de vida deles”, afirma.

Nos anos 70, a Ilha Grande voltou a ser um castigo para os militantes políticos, como durante governo de Getúlio Vargas. Guerrilheiro que lutava conta os militares, Rezende acabou preso e viu a mãe sofrendo por não ter dinheiro para visitá-lo. “É uma loucura

reabrir aquilo”, acredita, apoiado por Augusto Thompson, que por duas vezes foi diretor do Desipe no Rio. “A prisão lá é terrível porque dificulta a comunicação com o mundo, e propicia mais oportunidades de corrupção e formação de grupos organizados, como o CV”, disse Thompson.

O momento em que o CV começou a dar seus primeiros passos é lembrado com exatidão por Rezende. “Quando aconteceram algumas mortes lá em 1975, eles se reuniram e resolveram fazer um coletivo de presos comuns, dirigido pelos mais *barra pesada*, com regras sobre quando e quem merecia a pena de morte. Isto baseado na organização que a gente tinha para dividir biscoito ou livros”, explica o ex-presos político. Os que ganhavam a liberdade, conta Rezende, eram obrigados a dar parte das rendas dos roubos ao coletivo.

Comércio e moradores reprovam a idéia

FABRÍCIO MARTA

Os planos do subsecretário estadual de Justiça, Antônio Olíboni, de abrigar três complexos penitenciários na Ilha Grande, que tem 36 quilômetros de extensão por 13 de largura, não agradaram autoridades e donos de pousadas. A coordenadora de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público (MP) estadual, Rosani Cunha, afirmou, que a medida precisa ser discutida

com moradores e comerciantes.

“Um projeto como esse precisa passar por uma ampla discussão com a sociedade. A ilha é dona de um ecossistema valioso. Estamos falando de uma área protegida ambientalmente e muito importante para o estado”, disse a promotora.

A possível construção dos presídios assustou Mariângela Spíndola, proprietária de uma pousada na ilha. “Por muitos anos fui turista da região. Por isso, sei muito bem o que

as pessoas esperam encontrar aqui. Nas vitrines da ilha estão artigos como a segurança e a paz. Trazer bandidos para cá será o fim”, criticou.

Há três anos, o prédio do antigo quartel da PM na ilha passou a abrigar o Centro de Estudos Ambientais da Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Procurado pelo **JB**, o coordenador do núcleo, Márcio Tadeu, que está participando de uma conferência em São Paulo, não foi localizado para falar

sobre se os presídios poderão causar impacto ambiental na ilha.

O secretário estadual de Meio Ambiente, André Corrêa, e o presidente da Fundação de Engenharia Estadual de Meio Ambiente (Feema), Axel Graef, não foram encontrados. A fundação é responsável pela Reserva Biológica da Ilha Grande e mantém no local uma agência regional com equipes responsáveis pelo controle das águas e ar de Paraty e Angra dos Reis.